



REDE
TEMPO
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

Fichas de avaliação do PNLD e Relações Étnico-Raciais: possíveis potenciais para a pesquisa histórica

Fabício Carlos Paulino Lopes¹

Resumo: Propõe-se discutir o potencial das Fichas de Avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para a pesquisa histórica. As considerações deste texto se efetuam a partir de dois projetos de pesquisa vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): Didática da História e espaço escolar: campo e categoria para construção de novos saberes sobre o conhecimento histórico e Educação Inclusiva e Programas de Avaliação da Educação.

Palavras-Chave: Fichas de Avaliação do PNLD; Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Ensino de História.

PNLD evaluation sheets: possible potentials for historical research

Abstract: It is proposed to discuss the potential of the Evaluation Sheets of the National Textbook Program (PNLD) for historical research. The considerations of this text are made from two research projects linked to the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN): Didactics of History and school space: field and category for the construction of new knowledge about historical knowledge and Inclusive Education and Programs of Education Assessment.

Key-words: Evaluation Sheets of PNLD; National Textbook Program (PNLD); History teaching.

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

Introdução

Conforme Jandson Soares e Margarida Oliveira^{II} apontam, em 19 de agosto de 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) por meio do Decreto n° 91.542, como substituto do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). A criação do PNLD, inicialmente, esteve relacionada com dois elementos motivadores: a universalização e melhoria do ensino fundamental que deveriam ser viabilizadas por meio da aquisição e distribuição de materiais didáticos qualificados, por meio do Estado brasileiro, aos alunos matriculados em escolas públicas de todo o Brasil. Essa demanda surge por um duplo movimento, por um lado, houve as pressões populares por inclusão na instituição escolar brasileira; por outro, esteve associado à dimensão internacional caracterizada pelas intervenções do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas políticas brasileiras. Essas duas forças, portanto, viram no livro didático uma ferramenta de correção das distorções educacionais.

À vista disso, Soares e Oliveira^{III} observam que em fins da década de 1980 e início da década de 1990, os livros didáticos passaram a se tornar alvo de denúncias. Diante desse quadro, em 1993 iniciou-se o processo de constituição de uma ferramenta de avaliação dos livros didáticos a serem adquiridos através do PNLD. A avaliação proposta foi composta por uma equipe multidisciplinar, com linguistas, psicólogos e especialistas de todas as áreas do conhecimento disciplinar escolar, responsável por elaborar os primeiros parâmetros de avaliação de livros didáticos a partir do PNLD. Essas diretrizes também serviriam como parâmetros de produção de livros didáticos, uma vez que os materiais que não atendessem a tais exigências não poderiam ser adquiridos pelo Estado, principal cliente de tais instituições.

Os autores^{IV} ainda percebem que, em 2010, o PNLD passou por outra alteração em termos organizacionais, por meio do Decreto n° 7.084, de janeiro de 2010, sancionado pelo ministro da Educação Fernando Haddad e pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A principal função desse documento foi a constituição desse programa como política de Estado, garantindo, assim, sua perpetuação para além de governos. Somado a isso, o decreto também formalizou as diretrizes que o programa deveria seguir, a saber: I – respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; II – respeito às diversidades sociais, culturais e regionais; III – respeito à autonomia pedagógica dos estabelecimentos de ensino; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância; e V – garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de avaliação, seleção e aquisição das obras. Em suma, todas as proposições do documento dizem respeito à ampliação e defesa da dimensão democrática no âmbito educacional, seja por meio do fortalecimento de valores democráticos ou da ideia de acesso, não apenas ao livro didático, mas a outros materiais de caráter didático.

Há algum tempo, os estudos sobre livros didáticos no Brasil limitavam-se a acusar a inexistência, erros ou tratamentos inadequados sobre determinados temas, é o que em 2003 Margarida Oliveira denominou de *historiografia da falta*^V. De acordo com a historiadora, esse momento já foi ultrapassado, e esses estudos foram importantes porque chamaram atenção da opinião pública sobre a necessidade de assegurar um padrão de qualidade mínimo com os materiais didáticos adquiridos com recursos públicos. Para ir além da *historiografia da falta*, considera-se ser necessário a apropriação de novos documentos que subsidiem alternativas e outros olhares da problemática que envolve a reflexão sobre o funcionamento de uma política pública, o PNLD, e a abordagem de temáticas específicas.

Posto isso, a proposta que se segue visa ampliar as discussões das Fichas de Avaliação do PNLD, enxergar como o PNLD, a partir das fichas utilizadas na avaliação das coleções, pode tratar diferentes temáticas possíveis a análise: gênero; sexualidade; tempo e espaço; cultura da África e

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

dos afro-brasileiros; teoria e metodologia da História; memória; literatura; filmes; pinturas; fotografias; músicas; legislações próprias da área; diagramação; editoração; dentre outras.

As considerações deste texto se efetuam, em especial, a partir de dois projetos de pesquisa vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): “Didática da História e espaço escolar: campo e categoria para construção de novos saberes sobre o conhecimento histórico” e “Educação Inclusiva e Programas de Avaliação da Educação”.

Revelando as fontes; as Fichas de Avaliação: por onde começar?

Concorda-se com Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch^{VI} ao ponderarem que “[...] o documento não é um documento em si, mas um diálogo claro entre o presente e o documento. Resgatar o passado é transformá-lo pela simples evocação. Em decorrência da ideia anterior, todo documento histórico é uma construção permanente”^{VII}. Esse raciocínio é semelhante ao do historiador Antoine Prost, em suas *Doze lições sobre a História*^{VIII}, ao ressaltar que “não existem fatos, nem história, sem um questionamento; neste caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva”^{IX}. No entanto, a questão/o problema deve ser mediado pelos documentos, “não há questão sem documento [...] tampouco existe documento sem ter sido questionado”^X. Os conceitos, por seu turno, se constituem entre a passagem da palavra-conteúdo concreto e indiscutível à palavra que “tem necessidade de incluir, *por si só*, uma pluralidade de significações e de experiências”^{XI}.

Nesse sentido, verificou-se que não há trabalhos que versem sobre as Fichas de Avaliação do PNLD, de acordo com o último levantamento bibliográfico realizado em 2019 a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Ou seja, não há discussão teórica sobre essa fonte. Por meio dos projetos de pesquisas executados na UFRN, já referidos, constatou-se que há uma versatilidade de temáticas a serem pesquisadas nas Fichas de Avaliação, a exemplo de gênero; sexualidade; povos indígenas; região/espacos do Brasil; comunidades LGBTQI+; processo de ensino aprendizagem; avaliações; tempo e espaço; cultura da África e dos afro-brasileiros; teoria e metodologia da História; memória; literatura; filmes; pinturas; iconografia; fotografias; músicas; legislações; diagramação; editoração, dentre outras. Estes recortes temáticos abarcam uma série de questionamentos relevantes, tanto para o âmbito historiográfico, quanto para o meio social, pois, as coleções didáticas que chegam na educação básica passam por uma avaliação e esta é conduzida pelos avaliadores do PNLD.

Tendo o exemplo das fichas do ano de 2013, é possível perceber na leitura flutuante da estrutura avaliativa os distintos temas que podem suscitar questionamentos. Há cinco critérios, 15 subcritérios e 50 tópicos, sendo divididos da seguinte forma: 1. Manual do professor, 1.1 apresentação e fundamentação da proposta da coleção, 1.2 orientações sobre o adequado uso do Livro do Aluno, 1.3 contribuição para a formação continuada do docente; 2. Componente curricular História, 2.1 abordagem teórico-metodológica da História, 2.2 correção e atualização de conceitos, informação e procedimentos, 2.3 construção significativa de noções e conceitos históricos; 3. Proposta pedagógica, 3.1 coerência e adequação da proposta didático-pedagógica, 3.2 estratégias teórico-metodológicas, 3.3 recursos didáticos; 4. Formação cidadã, 4.1 observância aos preceitos legais e jurídicos, 4.2 respeito aos princípios éticos; 4.3 ações positivas à cidadania e ao convívio social; 5. Projeto gráfico-editorial, 5.1 estrutura editorial, 5.2 o projeto gráfico, 5.3 ilustrações. Devido à extensão dos tópicos não cabe a menção pormenorizada, no entanto todos eles são avaliados em ótimo (O), bom (B), regular (R) e insuficiente (I), além de ser possível, por intermédio deles, escrutinar as especificidades dos temas que se quer analisar. Ao final dos

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

critérios existe a apreciação do avaliador, contendo comentários e análises, além de uma parte destinada à discussão em sala de aula junto a nota parcial para o critério. Por fim, há referências às falhas pontuais, com a menção excluída ou recomendada e o parecer final com a justificativa e os argumentos, podendo participar do Guia do PNLD de 2013.

Relações étnico-raciais e as Fichas de Avaliação do PNLD

O antropólogo Kabengele Munanga^{XII} propõe uma discussão relevante para esta análise, ao estabelecer uma relação entre o sistema educativo formal brasileiro e os alunos afrodescendentes que dele fazem parte. O autor afirma que um dos impactos do racismo nas escolas está relacionado ao fato de serem encontradas ausências sobre a “questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afrodescendentes”^{XIII} no sistema educativo formal. Aliado a isso, afirma que, se abordada no livro didático, essa história “é contada apenas do ponto de vista do “outro” e muitas vezes falsificada e apresentada numa ótica estereotipada”^{XIV}. Esses fatos, para Munanga, também fazem parte do conjunto de outras questões que contribuem negativamente na vida escolar de alunas e alunos negros, em especial os mais pobres, muitas vezes levando-os à repetência e evasão escolar, como mostram os números de pesquisas mais recentes^{XV}.

Maria Telvira da Conceição, em tese de doutorado publicada no ano de 2015^{XVI}, se propôs a investigar o papel da literatura escolar, especificamente os casos dos livros didáticos de História, na construção de práticas e discursos racistas em relação aos africanos e aos afro-brasileiros. Entre as análises apresentadas, em uma há semelhanças com as de Munanga, pois segundo ela “o processo escravista constitui tanto a dimensão temporal, quanto o conteúdo em torno do qual gravitam as alusões e discussões sobre povos africanos e afro-brasileiros”^{XVII}. Ainda sobre essa questão, Conceição conclui que, ficando a literatura escolar presa a essa dimensão temporal que remete à escravidão dos povos africanos, muitas vezes restrita ao século XIX, as possibilidades de se pensar o antes, o pós-abolição no século XX e, portanto, os contextos mais contemporâneos sobre os africanos e afro-brasileiros ficaram esvaziados da bibliografia analisada pela autora.

Diante disso, percebe-se que a obrigatoriedade do estudo da história e cultura da África e dos afro-brasileiros em todos os estabelecimentos de ensino – sejam eles privados ou públicos –, em nível nacional, existe desde 9 de janeiro de 2003 quando foi promulgada a Lei nº 10.639 que tornou obrigatório o ensino da História da África e Cultura afro-brasileira nas instituições públicas e privadas nos níveis fundamental e médio em todo o país, tendo como ênfase o estudo da luta do povo negro e de suas contribuições para a formação da sociedade brasileira^{XVIII}. Entretanto, desde a segunda metade do século XX existe a cobrança por parte dos movimentos sociais de que nos livros didáticos o negro não seja representado unicamente por um viés pejorativo e depreciativo. E tratando especificamente do caso dos livros didáticos de História, a presença do negro apenas nos capítulos sobre a escravidão no Brasil não era suficiente para valorizar a contribuição da população afrodescendentes para a história do país.

Com a aprovação dessa lei, além de terem sido acrescentados os artigos 26-A e 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), houve mudanças em outras instâncias relacionadas às políticas públicas ligadas à educação no Brasil, como foi o caso do PNLD. As coleções só são aprovadas e enviadas para as instituições após passarem por uma comissão avaliadora formada por profissionais de diferentes níveis de formação. Em virtude disso, a aplicação da Lei nº 10.639/03 implicou em algumas mudanças nos parâmetros do PNLD, visto que a comissão de avaliadores segue os critérios que são estabelecidos pelos editais a cada novo ciclo de inscrição das obras, além de serem orientados a darem pareceres sobre a qualificação dos

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

materiais inscritos em cada edital, por meio do preenchimento das Fichas de Avaliação. Em linhas gerais, os principais instrumentos utilizados na elaboração do parecer da comissão avaliadora são as Fichas de Avaliação, que são formuladas a partir dos critérios estabelecidos por cada edital. Ao fim da avaliação, as coleções didáticas têm seu parecer final, sendo aprovadas, com ressalvas ou não, ou excluídas e a partir do parecer desse documento as coleções são selecionadas e compradas pelo Estado.

Atualmente, o responsável pela avaliação, compra e distribuição dos livros didáticos utilizados em todas as escolas públicas do país é o PNLD. Pretendendo desenvolver novos olhares sobre a reflexão do funcionamento de uma política pública, a exemplo do PNLD, e a abordagem de temáticas específicas, no caso mencionado, a história da África e dos afro-brasileiros, pode ser necessário a apropriação de novos documentos, tal como as Fichas de Avaliação do PNLD, que subsidiem alternativas e novas interpretações das análises que a envolve.

Essa reflexão sobre a incorporação de novas fontes para a análise histórica esteve presente na pesquisa dos seguintes planos de trabalhos: “Relações étnico-raciais e o Livro Didático de História: uma análise das fichas de avaliação do PNLD (2003 - 2015) - Segunda etapa” e “Relações étnico-raciais e o Livro Didático de História: uma análise das fichas de avaliação do PNLD (2003 - 2019)”. O objetivo principal foi analisar como os avaliadores construíram seus argumentos nas fichas de avaliação tratando os critérios referentes à história e cultura da África e dos afro-brasileiros. À medida que se avançou na pesquisa houve a necessidade de estabelecer um comparativo dos argumentos presentes nas fichas com os pontos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História da África e Cultura afro-brasileira (2004)^{XIX}, dado que uma parte dos elementos usados na avaliação encontram-se nelas. Ademais, ampliou-se o escopo do questionário submetido às fichas de avaliação do PNLD, a fim de compreender a argumentação dos avaliadores sobre as relações entre a ciência de referência com a cultura escolar.

Panorama geral dos resultados alcançados nos planos pesquisados

O percurso de análise dos planos mencionados teve como referência a obra de Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo* (2011)^{XX}. Como as fichas de avaliação do PNLD são atualizadas e modificadas de acordo com cada edital, a análise das fichas de todos os anos não foi conduzidas da mesma forma, pois os critérios avaliativos diferem entre as fichas de anos diferentes.

Nas análises das fichas de avaliação do ano de 2011, ao serem aplicadas as chaves argumentativas utilizadas na segunda etapa da pesquisa, elaboradas a partir das diretrizes da Lei nº 10.639/03, com o intuito de verificar a aplicabilidade, observou-se em maior frequência as chaves “Apresenta conteúdos e atividades que conduzem ao desencadeamento de processo de afirmação de identidades, de historicidade negada ou distorcida” e “NÃO apresenta conteúdos e atividades sobre História e Cultura da África e dos afrodescendentes de forma equilibrada, em todos os períodos históricos e em todos os volumes da coleção” com 25% de frequência cada (porcentagem referente somente aos argumentos encontrados nas fichas de 2011). Tais dados somente complementam as análises realizadas na etapa anterior, demonstrando a aplicabilidade das diretrizes legislativas nas avaliações das coleções e que, apesar de se tratar da História e cultura dos afro-brasileiros como estabelecido por lei, esses conteúdos não são abordados de forma equilibrada nos livros didáticos.

As análises das fichas do ano de 2013 evidenciaram que embora a chave argumentativa mais recorrente seja positiva, uma vez que “Apresenta conteúdos e atividades que conduzem ao

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS
 POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

conhecimento e à valorização da história da cultura afro-brasileira na construção histórica e cultural brasileira” (23,1%), é sucedida por uma negativa, a de que “NÃO apresenta conteúdos e atividades sobre História e Cultura da África e dos afrodescendentes de forma equilibrada, em todos os períodos históricos e em todos os volumes da coleção” (16,9%). Os dados cruzados nos fornecem o seguinte panorama: a História da África e Cultura Afro-brasileira não é contemplada de forma integral em todos os volumes da coleção.

Com relação às análises realizadas com as fichas de avaliação do ano de 2015, coleções aprovadas direcionadas ao ensino médio, encontrou-se os seguintes resultados: em 8 fichas as análises apontaram que não há uma orientação adequada para o ensino de História da cultura africana e afro-brasileira; em 9 fichas as análises apontaram que há orientações adequadas sobre o ensino de História da cultura africana e afro-brasileira; e, por fim, em 2 duas delas as análises não mencionaram diretamente se há ou não uma orientação adequada para este ensino, apenas focaram em discussões teóricas sobre como o tema aparece no manual do professor e sua importância.

Apesar dos resultados terem convergido a essas três categorias acima citadas, em cada ficha há um entendimento diferente quando se trata do termo “orientação”. Como exemplo, tem-se a análise da ficha da coleção *Por dentro da História*, que apresenta “orientação” como “indicação dos momentos em que aparecem textos e atividades sobre essas histórias no LA”^{XXI}. Também se encontrou o mesmo entendimento com relação ao significado de “orientação” nas fichas das coleções *Oficina de História (27603COL06)* e *História - das cavernas ao terceiro milênio (27642COL06)*. Ou seja, o sentido de “orientação” encontrado nas análises dessas fichas não está ligado ao ambiente escolar, mas a uma perspectiva circunscrita dentro do próprio livro.

Quando associamos esse recorte das análises com a Lei 10.639/03, compreendemos que não é exequível resgatar “a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”^{XXII}, se esses sujeitos estão cristalizados em um período histórico (o tempo da escravidão), tampouco é factível os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serem “ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”^{XXIII}, se nas coleções analisadas há um desnivelamento destes conteúdos nos livros, além de orientações insuficientes e generalistas na parte do Manual do Professor. À vista disso, se não há o cumprimento pleno dos dois parágrafos do Art. 26-A da Lei nº 10.639/03, nas coleções analisadas, por que elas foram aprovadas?

Considerações finais

Com relação à pesquisa que envolveu os planos referidos, percebe-se que a promulgação da Lei nº 10.639/03 é imprescindível. Os avanços alcançados, por meio dela, são inegáveis, embora careça de melhoria no âmbito prático. Constatou-se que existe a preocupação com a aplicabilidade da lei, além da apropriação das DCN's, evidenciando que os avaliadores se apoderam desse instrumento interessados em analisar os conteúdos presentes nas coleções. Apesar dos progressos, é necessário refletir no teor eurocêntrico percebido nas produções, e o motivo para que este aspecto não seja condenável na avaliação, além de uma preocupação por parte dos avaliadores na identificação ou não de uma cultura escolar nesses materiais. Em linhas gerais, a partir das análises, deve existir discussão, apropriação e problematização das questões étnico-raciais a fim de uma educação democrática.

Embora os planos mencionados tenham se fundamentado na metodologia da *Análise de Conteúdo* e com relação à abordagem teórica, especialmente, nas discussões que articulam *Cultura Histórica*, a depender dos problemas e dos recortes temáticos existe uma pluralidade de discussões teóricas que podem fundamentar a análise das Fichas de Avaliação, sobretudo em virtude dos

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS
POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

objetivos que se espera alcançar na pesquisa. Uma das considerações possíveis para o próximo passo com o tratamento das Fichas seria explorar novas metodologias, seja em cotejo com a *Análise de Conteúdo*, seja no intuito de experimentar novas possibilidades analíticas com essas fontes que estão se revelando para a História. Em suma, este é um passo primeiro que visa ampliar a discussão sobre a História e incorporar outros colaboradores em uma pesquisa que se apresenta próspera.

Em linhas gerais, as fichas de avaliação do PNLD se configuram como novas fontes que podem ser incorporadas na pesquisa histórica. Este é um trabalho original dentro do campo do Ensino de História que está efetuando os seus primeiros passos e está longe de esgotar-se. Ainda há incontáveis fichas a serem analisadas e inumeráveis temas e recortes que podem ser selecionados nas futuras pesquisas.

Notas

^I Bacharelado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: fabriciocarlos1998@hotmail.com

^{II} SOARES, Jandson; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.) *Dicionário do Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 202-208.

^{III} *Ibid.*, p. 203-204.

^{IV} *Ibid.*, p. 206-207.

^V OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O Direito ao Passado: Uma Discussão Necessária à Formação do Profissional de História*. 2003, p. 325. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

^{VI} KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A Memória Evanescente: Documento e História. IN: KARNAL, Leandro; NETO, José Alves de. *A Escrita da Memória: interpretações e análises documentais*. São Paulo, Editora: Banco Santos, 2004. p. 41-61.

^{VII} *Ibid.*, p. 43.

^{VIII} PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

^{IX} *Ibid.*, p. 75.

^X *Ibid.*, p. 76.

^{XI} *Ibid.*, p. 117. Grifos do autor.

^{XII} MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade étnico-cultural: a importância da história do negro e da África no sistema educativo brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; COELHO, Wilma de Nazaré Baía. (orgs.) *Relações étnico-raciais e diversidade*. Niterói: Editora da UFF, Alternativa, 2013. p. 21-34.

^{XIII} *Ibid.*, p. 28.

^{XIV} *Ibid.*, p. 28.

^{XV} MORENO, Ana Carolina. Número de alunos negros reprovados nas escolas do Brasil é duas vezes maior que o de brancos, diz Unicef. *GI*, 31. de ago. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/31/alunos-pretos-representam-39percent-do-total-das-matriculas-e-58percent-do-total-de-reprovados-diz-unicef.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

^{XVI} CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: Entre Brasil e Moçambique - 1950 - 1995*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

^{XVII} *Ibid.*, p. 67.

^{XVIII} BRASIL. *Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

^{XIX} BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS
POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 dez. 2021. p. 504-505.

^{XX} A *Análise de Conteúdo* configura-se como uma metodologia que parte da perspectiva quantitativa ao verificar numericamente a frequência de ocorrência de determinados termos, construções e referências, mas também qualitativa ao atribuir caráter positivo ou negativo a essas frequências a fim de responder a problemática em questão. A análise se divide em três pólos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento e interpretação dos resultados. No primeiro momento, escolhe-se as fontes e define-se os objetivos; após isso, explora o material, elenca-se os dados e sistematiza as ideias iniciais; semelhante ao procedimento que foi realizado ao desenvolver uma tabela de análise e preenchê-la com os dados encontrados nas fichas; por último, condensa-se as informações da tabela em resultados. Em síntese, a decodificação da análise é o processo em que os dados são agregados sistematicamente. Para averiguar esses dados utiliza-se unidades de registro: palavras, temas, objetos ou argumentos que aparecem no texto e, depois, apura-se a ausência ou a frequência em que essas unidades aparecem e o que isso significa.

^{XXI} Ficha de avaliação do PNLD, coleção 27564COL06, parecerista 64SE-89NE, 2015.

^{XXII} BRASIL. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

^{XXIII} Ibidem.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei N° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 27 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-novapdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 dez. 2021. p. 498.

CONCEIÇÃO, Maria Telvira da. *Interrogando discursos raciais em livros didáticos de História: Entre Brasil e Moçambique - 1950 - 1995*. 2015. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A Memória Evanesciente: Documento e História. IN: KARNAL, Leandro; NETO, José Alves de. *A Escrita da Memória: interpretações e análises documentais*. São Paulo, Editora: Banco Santos, 2004. p. 41-61

MORENO, Ana Carolina. Número de alunos negros reprovados nas escolas do Brasil é duas vezes maior que o de brancos, diz Unicef. *G1*, 31. de ago. de 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/31/alunos-pretos-representam-39percent-do-total-das-matriculas-e-58percent-do-total-de-reprovados-diz-unicef.ghtml>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. *O Direito ao Passado: Uma Discussão Necessária à Formação do Profissional de História*. 2003, p. 325. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SOARES, Jandson; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (org.) *Dicionário do Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 202-208.

FICHAS DE AVALIAÇÃO DO PNLD E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: POSSÍVEIS
POTENCIAIS PARA PESQUISA HISTÓRICA

LOPES, F. C. P.

Fontes - MEC, COGEAN

- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção H4 (24956COL06), Pareceristas P14 e P15, 2011.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção H5 (24901COL06), Pareceristas P6 e P22, 2011.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção H6 (25019COL06), Pareceristas P16 e P18, 2011.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção H11(24991COL06), Pareceristas P8 e P10, 2011.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção H13 (24997COL06), Pareceristas P5 e P11, 2011.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25398C), Pareceristas XL73 TK 79, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25228C0620), Pareceristas NR74 e KZ52, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25358), Pareceristas CR83FX86, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25309), Pareceristas BT76 - SG92, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25197C), Pareceristas XL73ZD67, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25207), Pareceristas EB63 - BT76, 2013.
- Ficha de Avaliação do PNLD, Coleção (25405), Pareceristas PH75 e FX86, 2013.
- Ficha de avaliação do PNLD, coleção 27564COL06, parecerista 64SE-89NE, 2015.
- Ficha de avaliação do PNLD, coleção 27563, parecerista 074NE-91NE, 2015.
- Ficha de avaliação do PNLD, coleção 27564COL06, parecerista 64SE-89NE, 2015.